



Rede Feminista de Saúde

Uma articulação nacional em
defesa da saúde, dos direitos
sexuais e dos direitos
reprodutivos

Rede Feminista de Saúde

- A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política, fundada em 1991. Reúne cerca de 266 filiadas.
- Composta por 11 Regionais, organizadas nos estados (Pará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e no Distrito Federal) coordenadas politicamente por um Conselho Diretor e por uma Secretaria Executiva.

Possui representações em vários conselhos, comitês e comissões em âmbito nacional, estadual e municipal, além de ser membro de entidades da própria sociedade civil nos mesmos níveis.



Princípios

- Fortalecimento do movimento de mulheres no âmbito local, regional, nacional e internacional em torno da saúde e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos
- Reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos como direitos humanos
- Reconhecimento da violência sexual, racial e doméstica como violações dos direitos humanos
- Defesa da implantação e da implementação de ações integrais de saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde
- Legalização do aborto, cuja realização constitui decisão que deve competir à mulher como direito.

- Até os anos 70, predomínio da concepção biologicista da saúde das mulheres, reafirmando papéis e funções “naturalizadas”
Foco: biologia e anatomia do corpo

Função: Reprodutiva
Papel – Maternidade

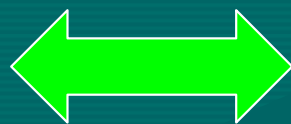
Mulher como receptáculo de crianças

Políticas públicas: higiene e puericultura (foco bebê), e depois pré-natal (binômio mãe-filho).

A partir anos 1950

Relação entre reprodução e
demografia

Concepção



Contracepção

Ambiguidade:

Mulher – Mãe

Controle da reprodução

- Controle dos corpos das mulheres pelos estados.
- Nova face da medicalização.
- Novas formas de apropriação.
- Racismo, desigualdade sócio-econômica, cultural e política.
- Mulheres são vistas e tratadas como não detentoras de direitos humanos e de cidadania

A partir dos anos 1970 –
mundialização de nova
agenda

Emergência do feminismo
contemporâneo

Anos 80 – elaboração de uma agenda de saúde e direitos reprodutivos.

Bases da concepção: integralidade de direitos humanos

Políticas de saúde: SUS/PAISM

- Diretrizes: descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços
- Fundamentos: integralidade, equidade, universalidade

**Enfoque de gênero, como
construção
histórica e cultural dos sexos.**

**Relações desiguais de gênero
produzem desigualdades**

Anos 1990

1992 – Eco (Rio)

1993 – DH (Viena)

1994 - Conferência Internacional Sobre
População e Desenvolvimento
(Cairo)

1995 – Beijing

**Novo conceito de saúde e a inclusão dos
direitos reprodutivos**



Saúde reprodutiva como um estado de completo bem-estar físico, mental, social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade.

Novos desafios políticos e conceituais...

A saúde sexual implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quanto e quantas vezes deve fazê-lo (CIPID, 1994).

Nova agenda dos direitos
sexuais – elaboração da
Convenção dos DS e DR –
desafio em curso



Conceitos em disputa

- Autonomia e reconhecimento da diversidade como fundamentos de uma cidadania plena, assentada no respeito aos direitos humanos das mulheres

X

- Mercadorização dos corpos, imposição de padrões estéticos, exclusão social e econômica.

- 1- Estado laico e democrático, que respeite os direitos humanos
- 2 - Sociedade democrática, que assegure a autonomia
- 3 - Mulheres capazes de realizar a tomada de decisões

- Amplo acesso das mulheres aos serviços públicos de saúde, de qualidade.
- Redução da mortalidade materna, humanização do parto.
- Legalização do aborto como um direito.
- Erradicação da violência de gênero (implementação da Lei Maria da Penha).
- Respeito à diversidade étnico racial, sexual, geracional e outras formas em que se expresse.
- Amplo processo de educação para a saúde.

- Participação das mulheres nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas (elevação de sua capacidade de intervir na política).

Pelas condições em que, e como morrem as mulheres, pode-se avaliar o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Principais causas de morte da população feminina:

- Acidente vascular cerebral
- Aids
- Homicídios
- Câncer de mama
- Acidente de Transporte
- Neoplasia de órgãos digestivos
- Doença hipertensiva
- Doença Isquêmica do Coração
- Diabetes
- Câncer de colo do útero